

05/08/2022

APEOESP

54

Acesse: [www.apeoesp.org.br](http://www.apeoesp.org.br)  
[imprensa@apeoesp.org.br](mailto:imprensa@apeoesp.org.br)

# Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

## APEOESP DEFINE CALENDÁRIO E EIXOS EMERGENCIAIS DE LUTA

*Em reunião realizada na sexta-feira, 5 de agosto, a Diretoria Estadual Colegiada (DEC) da APEOESP reafirmou os eixos de mobilização da categoria e definiu o calendário de ações para este início de semestre, pela valorização do Magistério como condição para a qualidade da Educação no Estado de São Paulo.*

Secretaria de Comunicação

## CALENDÁRIO

- ➔ **De 8 a 16 de agosto** – reuniões de Representantes em todas as sub-sedes. Realizar na sequência reuniões ampliadas e aulas públicas em frente às Diretorias de Ensino ou locais de concentração popular a respeito da conjuntura nacional e estadual e os eixos de luta em defesa da nossa categoria, da escola pública e dos direitos da população. Elaborar um documento estadual unificado com as demandas da categoria a ser apresentado aos candidatos ao governo.
- ➔ **Dia 11 de agosto – 10 horas** – Faculdade de Direito da USP – Largo de S. Francisco – participação no Ato em Defesa da Democracia. Participar também dos demais atos no estado.
- ➔ **Dia 13 de agosto – 10 horas** – Theatro Municipal de São Paulo - participação no Ato Mulheres Juntas pelo Brasil.
- ➔ **17 de agosto - 18 horas** – Reunião virtual do Conselho Estadual de Representantes – CER.
- ➔ **20 de agosto – 10 horas** – Vale do Anhangabaú – participação no comício do Movimento Juntos pelo Brasil.
- ➔ **De 3 a 6 de setembro** – ações de conscientização nas escolas pela defesa da democracia.
- ➔ **7 de setembro** – participação no Grito dos Excluídos
- ➔ **10 de setembro** – participar nos novos atos em defesa da democracia.

## EDUCAÇÃO DE QUALIDADE, SÓ COM PROFESSORES VALORIZADOS

O governo Doria/Rodrigo Garcia/Rossieli Soares, seguindo a mesma lógica destrutiva de implementação do Estado mínimo levada a efeito pelo governo de Jair Bolsonaro, realizou graves e profundos ataques aos serviços públicos e ao funcionalismo, com especial ênfase em atacar os professores e a escola pública.

# DERRUBAR O CONFISCO SALARIAL DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Um dos mais graves crimes que esse governo cometeu contra o conjunto do funcionalismo foi a instituição do confisco salarial de aposentados e pensionistas da SPPREV, sob o argumento de um déficit atuarial que não foi demonstrado. Esse confisco vem levando muitos servidores aposentados ao desespero, pois lhes faltam recursos para necessidades básicas.

**Assim, a derrubada desse confisco é uma de nossas prioridades, uma verdadeira obsessão da nossa entidade. Para tanto, ingressamos com ação judicial (que aguarda julgamento), organizamos várias atividades, publicamos matérias pagas nos meios de comunicação e realizamos uma grande caminhada ao Palácio dos Bandeirantes em 13 de maio.**

Exigimos do governo estadual que revogue este confisco e, ao mesmo tempo, que a Assembleia Legislativa adote uma medida única, como poder independente, para acabar com este confisco.

## EM DEFESA DA NOSSA VALORIZAÇÃO SALARIAL E PROFISSIONAL

Hoje, a recuperação da qualidade da Educação pública no Estado de São Paulo e de respeito aos direitos educacionais de nossas crianças e jovens passa pela necessidade de implementação de uma plataforma de urgentes medidas emergenciais que apresentaremos neste Boletim.

Elas se destinam a possibilitar a construção de um projeto educacional para formação de cidadãos e cidadãs capacitados a prosseguir seus estudos em nível superior, graduar-se em cursos profissionalizantes e tecnológicos, qualificar-se para o sucesso profissional no mundo do trabalho e exercer plenamente o direito à cidadania, contribuindo para as necessárias transformações na nossa sociedade.

Essa perspectiva passa pela revogação da LC 1374/2022, pela recuperação e aprimoramento da nossa carreira, por reajuste salarial imediato na perspectiva do cumprimento da Meta 17 do Plano Estadual de Educação, pela melhoria das condições de trabalho nas escolas estaduais e outras medidas que não podem mais ser adiadas.

## **COMITÊS SINDICAIS E POPULARES DE LUTA EM TODAS AS SUBSEDES**

Nada disso é oferecido pelos governos que se sucedem há décadas no Estado de São Paulo. Por isso, temos que ser parte dos ventos de mudança que sopram a cada dia com mais força. Por meio dos Comitês Sindicais e Populares de Luta nas regiões, reunindo todos os segmentos do funcionalismo, movimento sindical, movimentos sociais, estudantes e outros setores, devemos levar ao conhecimento de toda a sociedade nossas demandas específicas e as gerais da classe trabalhadora e da população, exigindo que o processo eleitoral deste ano nos conduza às respostas e soluções pelas quais lutamos.

As subsedes que já realizaram os lançamentos dos comitês devem desdobrar-se em novos comitês nas escolas, locais de trabalho e nos bairros e realizar atividades de conscientização da população sobre a necessidade da luta e das transformações.

Faz parte dessas atividades a realização de aulas públicas na sequência das reuniões de Representantes previstas para ocorrer entre 8 e 16 de agosto (veja calendário), para levar ao conhecimento de toda a nossa categoria e da população nossos eixos de luta e a necessidade de mobilização de todas e todos.

## **EM DEFESA DAS ELEIÇÕES, DAS URNAS ELETRÔNICAS, CONTRA O GOLPISMO**

Os comitês de luta devem incorporar-se à mobilização nacional para

**Secretaria de Comunicação**

derrotar o golpismo de Bolsonaro e do bolsonarismo, que apostam no caos político e social ao perceberem a cada vez mais evidente perspectiva de derrota nas próximas eleições.

**Um dos momentos importantes dessa mobilização ocorre no dia 11 de agosto, a partir das 10 horas, na Faculdade de Direito da USP, no Largo de São Francisco, na capital. Nesta data será feita a leitura do Manifesto em Defesa da Democracia, que no momento em que escrevemos este Boletim já conta com mais de 700 mil assinaturas.**

Assine o manifesto pela democracia e por eleições livres: <https://bit.ly/artes11A>.

## **OPORTUNISMO ELEITORAL E REDUÇÃO DE RECURSOS PARA A EDUCAÇÃO E SAÚDE**

Devemos denunciar o oportunismo de Bolsonaro, que adota medidas eleitoreiras pouco antes das eleições de outubro (Auxílio Brasil, auxílios a caminhoneiros e taxistas, aumento do vale gás), medidas essas que sempre recusou e que têm validade apenas até dezembro deste ano. Defendemos que o Estado, em todas as suas esferas, auxilie as camadas mais vulneráveis da população, para permitir a essa população sair da situação de miséria e necessidades. Porém, isto deve ser uma política de Estado para gerar empregos, renda e qualidade de vida para brasileiros e brasileiras.

O projeto do governo aprovado contém ilegalidades, como a possibilidade de decretação de Estado de Emergência, que pode abrir caminho para medidas autoritárias. Ao mesmo tempo, o chamado orçamento secreto deixa o controle das receitas da União na mão do chamado “Centrão” na Câmara dos Deputados, direcionando verbas de acordo com os interesses eleitorais do governo Bolsonaro e sua base de apoio.

**A redução das alíquotas do ICMS sobre combustíveis, por sua vez, além de ter um impacto reduzido sobre os preços ao consumidor (pois são regulados pelos preços internacionais, dolarizados) retiram recursos da Educação, da saúde e outras áreas sociais, com a cumplicidade de governadores como o de São Paulo, Rodrigo Garcia, pré-candidato à reeleição. A perda estimada para o FUNDEB em São Paulo neste ano é de no mínimo R\$ 640 milhões.**

## ESTAMOS EM LUTA POR:

- Fim do confisco salarial de aposentados e pensionistas.
- Carreira justa e revogação da lei complementar 1374/2022 (remuneração por subsídio e outros ataques).

Entre as razões para sermos contra a remuneração por subsídio estão:

- ➔ O subsídio elimina o direito ao quinquênio e sexta-parte e não permitirá outras vantagens pessoais;
  - ➔ O subsídio inicial de R\$ 5 mil reais é ilusório. O aumento dos descontos de imposto de renda e previdência faz com que o valor líquido seja de R\$ 3,8 mil, que corresponde ao valor atual do Piso Nacional Profissional dos Professores;
  - ➔ O valor atual da hora de trabalho na escola é de R\$ 26,29 e passa a ser de R\$ 25,00 com o subsídio (exemplo para Docente na faixa 1, nível A, início de carreira, sem vantagens, evolução e promoção);
  - ➔ A jornada de trabalho na escola passa das atuais 29,25 horas semanais para 40 horas semanais;
  - ➔ Formas de evolução funcional baseadas em avaliações subjetivas e controladas unicamente pela SEDUC, que não valorizam experiência e tempo de serviço;
  - ➔ Enquadramento compulsório dos professores da categoria O nas regras do subsídio. Eles ficarão estagnados no primeiro nível, sem evolução;
  - ➔ Redução dos valores das gratificações do PEI - agora são R\$ 2 mil fixos para docentes e R\$ 3 mil fixos para gestores;
  - ➔ Redução do valor da GTCN (agora GTN);
  - ➔ Desconto total do dia em caso de atraso (por exemplo: consulta médica);
  - ➔ Haverá apenas duas jornadas de trabalho (25 horas semanais e 40 horas semanais);
  - ➔ Elimina o direito de escolha dos professores na atribuição de aulas.
- Atribuição de aulas justa e transparente.



- ➔ Revogação da Resolução 49/2022 – ser professor exige licenciatura e formação adequada.
- Aprovação urgente do Projeto de Lei 440/2022, de autoria da Deputada Estadual Professora Bebel, que restabelece direitos do Magistério retirados pelo Governo do Estado. Entre eles:
  - a) Revogação da remuneração por subsídio;
  - b) Faltas abonadas;
  - c) Faltas aulas;
  - d) Faltas médicas na medida adequada;
  - e) Consideração do tempo de serviço como mecanismo evolutivo;
  - f) GTN no valor de 20%;
  - g) Obediência exclusiva às regras de atribuição de aulas para as escolas PEI, inclusive para a desatribuição dessas mesmas aulas;
  - h) A introdução do critério da avaliação para o bom desempenho em substituição à punitiva avaliação de desempenho;
  - i) A contagem do tempo de serviço para fins de adicionais quinquenais e sexta-parte;
  - j) Respeito à jornada do Piso;
  - k) Volta da ATPL.
- Restabelecimento da comissão paritária de gestão da carreira dos profissionais da educação e uma Mesa de Negociação Permanente com membros do governo, profissionais da Educação e entidades de representação da categoria.
- Cumprimento da Meta 17 do Plano Estadual de Educação - “Valorizar os profissionais da educação das redes públicas de educação básica de forma a equiparar, no Estado, até o final do sexto ano de vigência do PEE, seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente”.
- Implementação do caq - custo aluno qualidade, metodologia incorporada à lei 14113/2020 (Fundeb permanente).
- Reajuste do piso salarial do magistério público estadual com repercussão em todos os cargos e níveis da carreira: nossos salários em relação ao piso salarial nacional estão com defasagem de 36,1%.
- Construção do Regime de Colaboração, conforme consignado na

Constituição Federal de 1988, reafirmado na PEC 59/2009 e determinado no Plano Nacional de Educação.

- Realização de concurso público de provas e títulos estadualizado, com 100 mil vagas, para reduzir a precariedade da contratação de professores temporários (categoria O).
- Implantação de uma jornada de 40 horas, sendo 26 horas com o aluno e 14 horas de formação continuada e atividades extraclasse, sendo 7 horas para o trabalho coletivo na escola e 7 horas em local de livre escolha, com foco na indissociabilidade entre estudo, pesquisa e produção de práticas pedagógicas (jornada do piso).
- Formação inicial e continuada no próprio local de trabalho em parceria com as universidades de reconhecida qualidade. Trazer a universidade para dentro da escola possibilitando uma troca de saberes entre ambas.
- Construção de um calendário de reformas e adequação das escolas – criar um ambiente saudável, com salas de aulas inclusivas e acessibilidade para o atendimento dos alunos com deficiência. A necessária readequação das salas especiais nas escolas regulares, podendo gradativamente fazer-se uma inclusão mais adequada e com rede de apoio.
- Realização de estudo para equacionar as diferenças regionais e a desproporção/sazonalidades, com definições de metas e estratégias claras para o resgate da defasagem de nossos alunos, em especial depois da pandemia da Covid -19.
- Revogação do Programa de Ensino Integral – PEI.
- Revogação da reforma do ensino médio/”novo” ensino médio e demais programas excludentes - Por um projeto educacional para a juventude, construído em amplo e participativo debate na rede estadual de ensino e na sociedade.
- Gestão democrática e fortalecimento dos Conselhos de Escola.
- Fortalecimento, gestão paritária e a descentralização do IAMSPÉ - O investimento tem que ser no profissional e não em doenças. Que o Estado invista 3% sobre a folha de pagamento. Por um Conselho de Administração paritário.



- Fim do assédio moral e perseguições aos professores e lideranças da categoria nas escolas. Pela liberdade de cátedra e retirada das câmeras e outras formas de vigilância sobre professores e estudantes nas salas de aula.

## NÃO À PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Está em tramitação na Câmara Municipal de São Paulo o Projeto de Lei 573/2022, que institui a “gestão compartilhada” nas escolas municipais entre o poder público e as chamadas Organizações Sociais, que representam a intromissão de interesses privados no interior do Estado.

A APEOESP se posiciona firmemente contra esse projeto e participa das mobilizações para impedir sua aprovação.

**SUBSÍDIO,  
NÃO!**

Queremos carreira com valorização profissional

**Professor, professora:  
NÃO OPTE pela farsa  
do subsídio.**

Juntos, em um novo governo,  
podemos reverter esse ataque.

**APEOESP**  
SINDICATO DOS  
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL  
DO ESTADO DE SÃO PAULO  
FILIAL DA CPEE E CPEE

www.apecesp.org.br